

Apresentação

Ângelo Ricardo de Souza

Esta edição do *Jornal de Políticas Educacionais* apresenta resultados de diversas pesquisas desenvolvidas no nosso campo de estudos em um momento importante de ampliação da divulgação do nosso periódico. Em edições anteriores, o JPE havia sido cadastrado e indexado no Sistema Eletrônico de Revistas (SER) da Universidade Federal do Paraná e na Biblioteca Brasileira de Educação, do Ministério da Educação/INEP. Indexamos agora, mais recentemente, o nosso periódico no Sumários de Revistas Brasileiras da FUNPEC/RP (<http://www.sumarios.funpecrp.com.br/>). Isto potencializa o acesso de mais leitores aos artigos aqui publicados, contribuindo com os objetivos que nos moveram na sua criação: a divulgação do conhecimento especializado produzido pelas pesquisas do campo. Estamos em processo de avaliação por outros indexadores, de sorte a ampliar ainda mais este alcance.

Neste número, os leitores encontrarão seis artigos. Os dois trabalhos iniciais tratam de questões que analisam impactos das políticas educacionais na organização do trabalho pedagógico. O primeiro artigo, assinado por Isabel Bilecki da Cunha, discute as relações entre as posturas dos professores com o advento da implantação da política de ensino por ciclos de aprendizagem na cidade de São Paulo/SP. O trabalho mostra que as condições de trabalho dos docentes da rede pública de ensino em questão não têm contemplado demandas importantes como a formação docente, a participação da comunidade escolar, a articulação do trabalho coletivo e a criação de instrumentos de apoio aos alunos nos diferentes anos do ensino fundamental.

O segundo artigo, de autoria de Luiz Carlos Novaes, discute os impactos das políticas educacionais na prática docente e na organização do trabalho pedagógico nas escolas estaduais paulistas, tomando a perspectiva dos professores para leitura desta relação. O

artigo mostra a existência de uma desconfiança elevada por parte dos docentes com a política educacional estadual. Os professores parecem conceber as ações adotadas pela secretaria como instrumentos de controle do seu trabalho, resultando em gradativa perda de autonomia.

Um terceiro artigo desta edição coteja as prescrições legais e o papel da avaliação dos sistemas de ensino com a modelação curricular do ensino médio, de autoria de Maria Angélica Minhoto. A autora produz uma análise dos fundamentos que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. O artigo constata que a ênfase dada ao desenvolvimento de competências vinculadas ao mundo do trabalho são presentes nas orientações legais e no ENEM. A autora ainda aponta que a possível face inovadora dessas políticas não tem sido capaz de formar indivíduos autônomos, críticos e criativos, considerando a organização e funcionamento objetivos do sistema educacional. Ademais, o trabalho ainda concluiu que o ENEM tem servido à indução das reformas, pressionando a autonomia curricular das escolas, docentes e dos sistemas de ensino.

O quarto artigo apresenta os resultados de uma pesquisa produzida por Diana Cristina de Abreu, sobre o perfil dos profissionais do magistério municipal de Curitiba/PR. Neste trabalho, a autora analisa as condições próprias e a situação profissional dos trabalhadores docentes e não-docentes que atuam naquela rede de ensino. Utilizando-se dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de informações fornecidas ao Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba – SISMMAC pelos organismos públicos, a autora considerou a distribuição dos profissionais por sexo, idade, escolaridade, tempo de serviço, número de vínculos na rede de ensino e enquadramento na carreira, elaborando assim

um perfil que expressa face importante dos problemas no entorno da carreira docente.

Os dois últimos trabalhos desta edição tomam objetos próximos: a política de fundos. O primeiro destes trabalhos é o artigo assinado por Rosimar de Fátima Oliveira, que toma a transição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), por meio de uma leitura política da elaboração da Emenda Constitucional 53/06. O artigo mostra que, tanto a emendas 14/1996, que criou o FUNDEF, quanto a 53/2006, que instituiu o FUNDEB, constituíram-se em um canal das reformas educacionais para a educação básica nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. Estas reformas, segundo a autora, tomam a política de fundos como recurso de regulação da ação federativa dos entes subnacionais em relação às políticas educacionais e não apenas como um instrumento de distribuição e controle dos gastos educacionais.

O outro artigo que trata da política de fundos é de autoria de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Francielli de Souza Lourenço. Neste trabalho, as autoras analisam os impactos produzidos na educação infantil no município de Campo Grande/MS com a implantação do FUNDEF. Analisando a legislação educacional e os dados populacionais e educacionais, bem como os balanços de contas de governo do município de Campo Grande, o artigo mostra que a educação infantil na região, embora tenha sido atendida, historicamente, tanto pelo estado como pelo município, com o advento do Fundef e com a implantação do regime de ciclos, deixou de ser atendida pelo governo estadual. O trabalho mostra que houve diminuição de matrículas e de recursos para a educação infantil no município, pois o Fundef constituiu nova vinculação dos recursos para o ensino, uma vez que subvinculou 60% para o ensino fundamental, ampliando a demanda reprimida para a educação infantil.

São artigos com objetos, focos e objetivos distintos. Configuram-se, por isto mesmo, em uma rica mostra de diferentes e possíveis leituras no campo da pesquisa em políticas educacionais. Boa leitura!

Junho de 2009.